DocuSign Envelope ID: 13CDEF6C-2AB8-4461-8398-8AF4378E44B3

PRS Aeroportos S.A.

CNPJ: 48.534.024/0001-57

Demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R$)

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Ativo circulante		**17.047**	**1.208**
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.133	1.208
Contas a receber	7	14.128	–
Despesas antecipadas	8	529	–
Adiantamento a terceiros		54	–
Impostos a recuperar	9	203	–
Ativo não circulante		**275.473**	**128.991**
Despesas antecipadas	8	348	–
Partes relacionadas	10	321	–
Imobilizado	11	178	–
Intangível	12	274.626	128.991
Total do ativo		**292.520**	**130.199**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Passivo circulante		**6.686**	**129.337**
Fornecedores	13	3.086	–
Obrigações trabalhistas	14	2.058	75
Obrigações tributárias	15	1.521	322
Adiantamento de clientes		21	–
Outras contas a pagar	16	–	128.940
Passivo não circulante		**602**	**–**
Dividendos a pagar	17 (c)	602	–
Patrimônio líquido		**285.232**	**862**
Capital social	17 (a)	283.301	5.001
Reserva legal	17 (b)	127	–
Reserva de lucros (prejuízos acumulados)		1.804	(4.139)
Total do passivo e patrimônio líquido		**292.520**	**130.199**

Demonstrações do resultado

	Notas	01/01/2023 a 31/12/2023	18/10/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)
Receita líquida	18	30.335	–
Custo dos serviços prestados	19	(9.984)	–
Lucro bruto		**20.351**	**–**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	19	(12.293)	(4.146)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(58)	1
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**8.000**	**(4.145)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	2.926	7
Despesas financeiras	20	(153)	(1)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**10.773**	**(4.139)**
Imposto de renda e contribuição social		(4.102)	–
Lucro (prejuízo) do exercício		**6.671**	**(4.139)**
Quantidade de ações ao final do exercício		10.000	10.000
Lucro (prejuízo) básico e diluído (em Reais)		**667**	**(414)**

Demonstrações do resultado abrangente

	01/01/2023 a 31/12/2023	18/10/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)
Lucro (prejuízo do exercício)	**6.671**	**(4.139)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**6.671**	**(4.139)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Reserva legal	Lucros não destinados aguardando deliberação	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
Constituição da Companhia em 18 de outubro de 2022	–	–	–	–	–	**–**
Integralização de capital	1	–	–	–	–	**1**
Aumento de capital social	280.000	(275.000)				**5.000**
Prejuízo do período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022	–	–	–	–	(4.139)	**(4.139)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	**280.001**	**(275.000)**	**–**	**–**	**(4.139)**	**862**
Aumento de capital	74.400	203.900	–	–	–	**278.300**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	6.671	**6.671**
Constituição da reserva legal	–	–	127	–	(127)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(601)	**(601)**
Destinação dos lucros acumulados	–	–	–	1.804	(1.804)	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**354.401**	**(71.100)**	**127**	**1.804**	**–**	**285.232**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	01/01/2023 a 31/12/2023	18/10/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(prejuízo) do período/exercício	**6.671**	**(4.139)**
Itens que não afetam o caixa operacional:		
Depreciações	30	–
Amortização sobre direito de outorga	1.835	–
	8.536	**(4.139)**
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Diminuição (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(14.128)	–
Despesas antecipadas	(877)	–
Adiantamento de terceiros	(54)	–
Impostos a recuperar	(203)	–
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	3.086	–
Obrigações trabalhistas	1.984	76
Obrigações tributárias	1.199	322
Adiantamento de clientes	21	–
Outras contas a pagar	–	167
Caixa aplicado nas operações	**(436)**	**(3.574)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(208)	–
Aquisição de intangível	(276.410)	(218)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(276.618)**	**(218)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	278.300	5.000
Empréstimos a partes relacionadas	(321)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**277.979**	**5.000**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**925**	**1.208**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.208	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.133	1.208
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**925**	**1.208**

Notas explicativas da Administração

1. Contexto operacional: A PRS Aeroportos S.A. ("Companhia") é uma investida e controlada direta da PAX Investimentos em Aeroportos S.A. A PRS Aeroportos S.A. foi constituída em 18 de outubro de 2022, com a única e exclusiva finalidade de realizar a prestação dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos Complexos Aeroportuários integrantes do Bloco Aviação Geral, propriamente o Aeroporto Campo de Marte - São Paulo/SP (SBMT) e Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho - Rio de Janeiro/RJ (SBJR), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a PRS Aeroportos S.A. ("Contrato de Concessão"), em virtude do êxito no processo licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022 ("Edital do Leilão"). **Aeroporto Campo de Marte:** O Aeroporto Campo de Marte está localizado na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. Ele é conhecido como um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva. Atualmente é utilizado principalmente para operações de táxi aéreo, escolas de aviação, aviação executiva e serviços de helicóptero e como base de apoio da Polícia Militar e seus helicópteros Águia. O Campo de Marte possui uma pista asfaltada com 1.600 metros de comprimento, que permite a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Também possui um terminal de passageiros para atendimento aos voos executivos. Além disso, o aeroporto conta com uma série de serviços e facilidades para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, oficinas de manutenção e serviços de apoio. **Aeroporto de Jacarepaguá:** O Aeroporto de Jacarepaguá está localizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Jacarepaguá. Também é conhecido como Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho, em homenagem ao empresário brasileiro Roberto Marinho. Assim como o Campo de Marte, é um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva, com alta movimentação de operação *offshore*. O aeroporto possui uma pista asfaltada com 900 metros de comprimento e é adequado para a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Além disso, conta com um terminal de passageiros e diversos serviços para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, serviços de manutenção e apoio em solo. **2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que inclui as práticas contábeis previstas na legislação Societária Brasileira e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 25 de junho de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis relevantes da Companhia, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4. **b) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **c) Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes. As variações cambiais sobre esses itens são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem. **d) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos da norma contábil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. **3. Base de elaboração e mensuração:** As demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **4. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou às políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todo o período apresentado nestas demonstrações contábeis. **a) Contrato de concessão - ICPC 01 (R1):** A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **c) Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante. As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte. **d) Impostos a recuperar:** Impostos a recuperar correspondem a valores de crédito superiores a débitos tributários e que serão usados como compensação ao pagamento de próximos impostos. Se o prazo de utilização estimado de utilização desses impostos é inferior a 12 meses, são classificados no ativo circulante, e caso o prazo de utilização estimado seja superior a 12 meses então são classificados no ativo não circulante. **e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando possui uma obrigação ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f) Ativos imobilizados:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando a vida útil do bem, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5

g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*): A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos para os exercícios de 2023 e 2022. **h) Ativos intangíveis:** Refere-se ao direito de operar o aeroporto durante o período de concessão. Esse direito é um ativo intangível identificável com vida útil definida e controlado pela Companhia, que surge do contrato de concessão celebrado com o governo conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada. No caso da concessão de aeroportos, o ativo intangível da concessão é amortizado ao longo do período de concessão, que é o período em que a Companhia tem o direito de operar o aeroporto. A amortização é calculada utilizando um método sistemático e racional ao longo do período de concessão, refletindo o consumo dos benefícios econômicos do ativo intangível ao longo do tempo. e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível seja por venda ou por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **i) Receitas:** Receitas tarifárias são os valores cobrados para a utilização das instalações e serviços do aeroporto por companhias aéreas, passageiros e operadores de aeronaves. Essas receitas são essenciais para a operação, manutenção e desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária. As tarifas podem ser divididas em várias categorias: **1) Tarifa de Pouso:** remunera a pista de pouso, cobradas dos operadores aeronáuticos e companhias aéreas pelo uso da pista para pouso; **2) Tarifa de Permanência:** remunera a pista de táxi e as áreas de permanência, cobradas pela utilização do espaço no aeroporto para estacionar aeronaves; **3) Tarifa de Embarque:** remunera o terminal de passageiros, abrangendo o embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança, e são arrecadadas pelas empresas aéreas, recolhidas posteriormente pelo operador do aeródromo. Também há outras tarifas que podem ser cobradas na operação aeroportuária, como de conexão, armazenagem e capatazia, mas não houve cobrança dessas tarifas durante o exercício social de 2023. Receitas não tarifárias referem-se a todas as receitas geradas que não estão diretamente relacionadas às tarifas de serviços aeroportuários cobradas dos passageiros, companhias aéreas ou operadores de aeronaves. Essas receitas podem incluir, mas não se limitam a: **1)** Receitas de cessão de espaço comercial dentro do aeroporto, como lojas, restaurantes, quiosques, aluguel de carros, hangares, entre outros; **2)** Receitas de publicidade e patrocínio dentro do aeroporto, como anúncios em painéis, *displays* digitais ou outras áreas comerciais; **3)** Receitas de estacionamento, tanto de passageiros quanto de funcionários e prestadores de serviços; **4)** Receitas de serviços adicionais oferecidos pelo aeroporto, como serviços de bagagem, inspeção, serviços de transporte terrestre, entre outros. **j) Custo dos serviços prestados, despesas gerais e outras despesas e receitas:** São registrados pelo regime de competência. **k) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Rendimento sobre aplicações financeiras; • Despesas bancárias. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **l) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 240 mil. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro base para a contribuição social. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto e leis fiscais promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Empresa não reconhece imposto de renda diferido nos casos em que não há previsão de geração de lucros tributáveis futuros para compensação com diferenças temporárias. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **m) Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há instrumentos financeiros derivativos. **5. Contrato de concessão: Objeto:** O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases: • FASE I-A - Transferência das operações dos Aeroportos sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída, com transição operacional do Aeroporto de Campo de Marte no dia 15 de agosto de 2023, e do Aeroporto de Jacarepaguá no dia 1º de setembro de 2023); • FASE I-B - Ampliação e adequação dos Aeroportos pela Concessionária para atendimento às especificações mínimas de infraestrutura aeroportuária e recomposição total do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária "PEA" (Fase com conclusão prevista para 1º de maio de 2026); e • FASE II - Cumprimento integral das obrigações estabelecidas no PEA, incluindo ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos de acordo com as Especificações mínimas de infraestrutura aeroportuária e o nível de serviço requerido, conforme contrato de concessão (fase com início após a fase I-B e vigente durante todo o tempo restante de concessão). **Prazo de vigência:** O contrato de concessão tem prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por até 5 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). **Contribuição ao sistema:** Pelo direito de exploração do Bloco de Aviação Geral, englobando os Aeroportos Campo de Marte e Jacarepaguá, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R$ 141.400.000, sendo o saldo corrigido desde agosto de 2022, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA, o montante, em valores reais, passa a ser R$ 145.980.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original. O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual, em reais, a partir do quinto ano-calendário completo de concessão, resultante da aplicação de uma alíquota sobre a totalidade da receita bruta anual. A alíquota será implementada conforme o quadro a seguir:

Período	Alíquota
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo	Zero
Quinto ano	3,05%
Sexto ano	6,10%
Sétimo ano	9,15%
Oitavo ano	12,20%
A partir do novo ano até o final da concessão	15,25%

Bens integrantes da concessão: Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros. **Direitos e deveres gerais:** Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato de Concessão, atendendo às exigências e dar o devido tratamento às recomendações ou observações feitas pela ANAC, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados. **Investimentos:** Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, serão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. **Remuneração da Concessionária:** • **Receitas tarifárias:** São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia. • **Receitas não tarifárias:** São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros. **Transferência da concessão e do controle societário:** A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato. **Utilização do complexo aeroportuário - disposições gerais:** A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Bancos	138	–
Aplicações financeiras **(i)**	1.995	1.208
Total	**2.133**	**1.208**

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos. **(i)** As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis, com média de 103% do CDI a.a., tendo como contraparte bancos de primeira linha.

7. Contas a receber:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Contas a receber	14.128	–
Total	**14.128**	**–**

Aging: Abertura por vencimento:

Faixa	31/12/2023 (Não auditado)
A vencer	8.743
Vencidos em até 30 dias	2.821
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.077
Vencidos entre 61 e 90 dias	487
Total	**14.128**

A Companhia não espera perdas em contas a receber em 31 de dezembro de 2023, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

8. Despesas antecipadas:

Seguros	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Danos materiais	15	–
Responsabilidade civil geral **(i)**	377	–
Executante concessionário **(ii)**	457	–
Indenização a reclamações de terceiros	28	–
Total	**877**	**–**
Circulante	529	–
Não circulante	**348**	**–**

(i) Os contratos de seguro de Responsabilidade Civil Geral são essenciais para proteger a empresa contra danos materiais e ações emergenciais relacionados a terceiros. Foram firmadas apólices de seguro com as empresas Starr (Responsabilidade Civil de Hangar) e AIG (Responsabilidade Civil Geral), com limite máximo de R$ 50.000 cada um, ambos com vigência de 1 ano; e **(ii)** Pelo contrato de concessão, há o dever de manter em vigor a Garantia de Execução Contratual durante toda a vigência do contrato e 24 meses após o término. Essa condicionante tem o papel de garantir o fiel cumprimento das obrigações do contrato pela concessionária e poderá ser executada pelo poder concedente, ANAC, nas hipóteses previstas na subseção 9 do capítulo 3 do contrato. Podendo ser feito sob as modalidades de caução, seguro-garantia ou fiança bancária, a PRS Aeroportos optou pelo seguro-garantia, contratando a seguradora Potencial com vigência de 5 anos.

9. Impostos a recuperar:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
IRPJ	146	–
CSLL	57	–
Total	**203**	**–**

10. Partes relacionadas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Pax Investimentos em Aeroportos S.A.	321	–
Total	**321**	**–**

Em 2023, a PRS realizou transferências para a no montante de R$ 321, para pagamentos de despesas com a operação de debêntures da Holding Pax Investimentos em Aeroportos S.A. O montante será reembolsado até outubro de 2024.

11. Imobilizado:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Custo		
Móveis e utensílios	1	–
Equipamentos de informática	207	–
Total	**208**	**–**
Depreciação acumulada		
(–) Móveis e utensílios	–	–
(–) Equipamentos de informática	(30)	–
Total	**(30)**	**–**
Total	**178**	**–**

Movimentação 2023	31/12/2022 (Líquido) (Não auditado)	Aquisição	Depreciação	31/12/2023 (Líquido)
Móveis e utensílios	–	1	–	1
Equipamentos de informática	–	207	(30)	177
Total	**–**	**208**	**(30)**	**178**

12. Intangível:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Direito de uso de infraestrutura concedida	274.800	128.991
Obras em andamento	1.652	–
Outros	9	–
(–) Amortização de direito de uso infra aeroportos	(1.835)	–
Total	**274.626**	**128.991**

A movimentação para o exercício de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (data de constituição da Companhia) de 31 de dezembro de 2022 está abaixo demonstrada:

Movimentação 2023	31/12/2022 (Líquido) (Não auditado)	Adições	Amortização	31/12/2023 (Líquido)
Direito de uso de infraestrutura concedida	128.991	145.809 **(*)**	–	274.800
Obras em andamento	–	1.652	–	1.652
Outros	–	9	–	9
(–) Amortização de direito de uso da infra aeroportos	–	–	(1.835)	(1.835)
Total	**128.991**	**147.470**	**(1.835)**	**274.626**

Movimentação 2022	18/10/2022 (Líquido) (Não auditado)	Adições	Amortização	31/12/2022 (Líquido) (Não auditado)
Direito de uso de infraestrutura concedida	–	128.991 **(**)**	–	128.991
Obras em andamento	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–
(–) Amortização de direito de uso da infra aeroportos	–	–	–	–
Total	**–**	**128.991**	**–**	**128.991**

(*) Pagamento de outorga fixa previstas no edital da concessão, nos seguintes valores e datas: R$ 71.000 (11/04/2023), R$ 46.368 (23/05/2023) e R$ 28.441 (24/05/2023). **(**)** Gastos iniciais previstos no edital da concessão, a saber: i) pagamento do programa de adequação do efetivo da Infraero (R$ 121.608); e ii) reembolso de despesas relacionadas ao estudo da concessão (R$ 7.383). O pagamento desses custos foi condição anterior e obrigatória ao pagamento da outorga e assinatura final do contrato.

13. Fornecedores:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Fornecedores nacionais	3.086	–
Total	**3.086**	**–**

Aging: Abertura por vencimento:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
A vencer em 30 dias	2.825	–
Vencidos acima de 120 dias	261	–
Total	**3.086**	**–**

14. Obrigações trabalhistas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Participação nos lucros e resultados	1.347	–
INSS a recolher	146	30
FGTS a recolher	43	8
IRRF a recolher	87	22
Provisão de férias e encargos sociais	435	13
Outras obrigações trabalhistas	–	2
Total	**2.058**	**75**

15. Obrigações tributárias:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
CSRF	155	244
ISS	144	–
INSS retidos na fonte a pagar	136	–
PIS e Cofins	1.067	–
IRRF	19	78
Total	**1.521**	**322**

16. Contas a pagar: Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de contas a pagar contém valores a pagar pela prestação de serviços jurídicos de apoio pela constituição da Companhia e participação no leilão e provisão/gastos de reembolsos relacionados à concessão constituídos em contrapartida ao ativo intangível (Nota Explicativa nº 12). Essas obrigações foram liquidadas no início do ano de 2023. Em 2023, foram realizados novos pagamentos previstos no contrato de concessão, a saber, outorga fixa no montante de R$ 145.809, que não afetou essa conta pois foi paga à vista (Nota Explicativa nº 12).

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: A empresa PRS Aeroportos S.A. recebeu aportes da PAX Aeroportos S.A. nas datas: • Primeiro aporte dia 29 de novembro de 2022 - R$ 4.999; • Segundo aporte dia 13 de fevereiro de 2023 - R$ 129.300; e • Terceiro aporte dia 28 de fevereiro de 2023 - R$ 149.000. A PRS Aeroportos S.A. possui capital a integralizar de R$ 71.102 que deverá ser integralizado em moeda corrente nacional até abril de 2026. Todos os eventos acima estão contabilizados devidamente como "Capital social" nas demonstrações contáb